



Newsletter Alesc - Manhã

19/08/2025

[Home](#) > [Colunistas](#) > [DC](#)

Café com Anderson: Deputado de SC não vai à reeleição e escolhe sucessora política

Leia sobre os movimentos nos bastidores do Poder em Santa Catarina

18/08/2025 - 09:13



Anderson Silva
anderson.silva@nsc.com.br

Compartilhe: [f](#) [X](#) [📧](#)

(Foto: Arte NSC)

Olá, bom dia. A segunda-feira, 18 de agosto de 2025, chega com informação quentinhas na mesa. O Café com Anderson traz os destaques que abrem a semana. Leia abaixo:

Pré-candidata

A ex-prefeita de Salete, Solange Schlichting (PL), conhecida como Chica, é pré-candidata a deputada estadual pelo Alto Vale do Itajaí. Nas últimas semanas, iniciou roteiros e também se reuniu com o governador Jorginho Mello (PL).

Sucessora

Chica foi escolhida pelo deputado estadual Maurício Eskudlark (PL) como sua sucessora política. Eskudlark não disputará a reeleição e tem acompanhado a ex-prefeita nos roteiros. Em 2022, quando era senador e candidato ao governo, Jorginho já havia convidado Chica para compor a nominata de deputada estadual pelo Alto Vale do Itajaí. Na época, ela preferiu concluir o mandato de prefeita de Salete. Eskudlark, por sua vez, foi padrinho político de Chica em 2016, no início da carreira.

Processos administrativos

O Órgão Especial do TJ-SC julga, nesta quarta-feira (20), uma ação do MDB de Santa Catarina contra o formato atual dos processos administrativos disciplinares abertos pelo governo do Estado. O partido alega que, nas apurações contra servidores, o interrogatório dos acusados ocorre de forma diferente do previsto na Constituição. Em vez de ser a última etapa da audiência, como determina a norma, nos processos do governo de SC o interrogatório acontece entre os depoimentos das testemunhas de acusação e os das testemunhas de defesa.

Sem liminar

O relator do caso, desembargador Saul Steil, negou a liminar ao MDB. Agora, os 25 membros do Órgão Especial analisarão o mérito na quarta-feira (20).

Hospital (1)

A Beneficência Camiliana do Sul (BCS), entidade que administrava o hospital de Biguaçu até a intervenção da prefeitura local em julho, recorreu ao Tribunal de Justiça (TJ-SC) para reativar o contrato. O município alegou “baixa produção” para justificar a decisão. A defesa da BCS, coordenada pelo advogado Noel Baratieri, argumenta que a prefeitura “agiu de forma deliberada para a retenção indevida de valores financeiros” destinados à entidade, o que teria prejudicado “de forma sistemática a viabilidade financeira do projeto de concessão”.

Hospital (2)

O caso será analisado pela desembargadora Bettina Moura. Uma decisão sobre o pedido de liminar da BCS para retomar a operação do hospital é esperada para esta terça-feira (19).

Catarinenses com Zema

Catarinenses participaram do lançamento da pré-candidatura à Presidência da República de Romeu Zema, no sábado (16), em São Paulo. Entre os presentes estavam o prefeito de Joinville, Adriano Silva (NOVO), o deputado federal Gilson Marques (NOVO), o deputado estadual Mateus Cadorin (NOVO) e os vereadores Manu Vieira (PL) e Cryslan (NOVO). A pré-campanha do governador mineiro tem forte presença catarinense, incluindo o jornalista Maurício Locks, que atua com o PSD em SC, ao lado do marqueteiro Renato Pereira.

Fica no TJ

O ministro do STF Cristiano Zanin tomou decisão com impacto direto nas investigações contra prefeitos em Santa Catarina. Em recurso do Ministério Público (MP-SC), por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ele determinou que as ações envolvendo diversos ex-prefeitos e um atual prefeito investigados na operação Fundraising permaneçam no Tribunal de Justiça, e não em primeira instância, como havia decidido o relator do caso no TJ-SC.

Nova orientação

Zanin acolheu o argumento do Ministério Público ao reconhecer que a nova orientação do STF sobre competência é aplicável a todos os processos em andamento. Concedeu, assim, medida liminar suspendendo a decisão do TJ-SC e restabelecendo a competência do Tribunal de Justiça para o julgamento. A decisão deve impactar diversos processos em trâmite no Estado e uniformizar o entendimento diante da divergência existente entre as Câmaras Criminais do TJ-SC.

Aliás

O impacto da nova orientação do STF sobre foro já é perceptível em operações recentes contra suspeitas de corrupção em prefeituras catarinenses. Tanto na investigação da Via Clandestina, em Vargem (Meio-Oeste), quanto na operação Stone, em Lages, ex-prefeitos foram alvos, e as decisões partiram do TJ-SC.

Temas:

Conteúdo Liberado

A nova polêmica em programa que oferece bolsas em universidades particulares de SC

Fim de mecanismo do Fumdesc que limita recursos para grupos educacionais poderia tirar bolsas de 2,3 mil alunos de instituições pequenas e médias, segundo associação, mas é defendido por diretório de estudantes

18/08/2025 - 09:41 - Atualizada em: 18/08/2025 - 16:45

Jean Laurindo
jean.laurindo@nsc.com.br

Compartilhe: [ícones de compartilhamento]



Fumdesc, que oferece bolsas em faculdades particulares, está no centro de discussão sobre teto em cálculo para bolsas por instituição (Foto: Leo Munhoz, Arquivo NSC)

Após o programa **Universidade Gratuita** ser alvo de um relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC), que apontou inconsistências e possíveis fraudes em junho, outro projeto que oferece bolsas no ensino superior em SC pode estar diante de uma nova polêmica. O possível fim de um mecanismo que funciona como limite de bolsas de estudo por grupo educacional gerou reações de alunos e instituições beneficiadas pelo projeto.

A mudança em discussão envolve o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdesc), braço do programa educacional do Estado que oferece bolsas nas faculdades particulares de SC, com fins lucrativos. Não afeta, portanto, as universidades comunitárias, do sistema Acafe, que são beneficiadas pelo programa Universidade Gratuita.

O mecanismo chamado de Número Total de Estudantes (NTE) funciona como um limitador, que restringe o cálculo da divisão de recursos para as bolsas a no máximo 4 mil alunos para cada grupo educacional. Na prática, segundo a entidade que representa as faculdades particulares, isso permitiria que os recursos destinados às bolsas do Fumdesc sejam mais bem distribuídos entre as diferentes instituições de ensino privadas de SC, incluindo pequenas e médias.

Críticos da regra, no entanto, afirmam que alunos das maiores universidades particulares de SC estariam sendo prejudicados. No semestre passado, pouco mais de 500 alunos da Unisol não foram contemplados com bolsas e acabaram contraindo dívidas com a instituição, em um impasse que perdura até hoje com cobranças sobre os alunos. Sem o limitador, alegam que este grupo poderia ter sido contemplado com as gratuidades. Caso o NTE seja retirado das regras do Fumdesc, uma parcela maior dos recursos poderia ser direcionada a instituições de grande porte, que atualmente têm mais alunos matriculados.

Veja fotos do Universidade Gratuita em SC



Na segunda-feira (2), o governo de SC anunciou mudanças no cronograma do Universidade Gratuita (Foto: Roberto Zacarias, Secom, SC)



Etapas de inscrição, renovação e contratação serão antecipadas (Foto: Ricardo Wolffbüttel, Secom SC)



O programa Universidade Gratuita vai dar gratuidade de ensino para mais de 70 mil estudantes até 2026 (Foto: Ricardo Wolffbüttel /SECOM)



Relatório com irregularidades foi produzido pelo Tribunal de Contas do Estado (Foto: Arquivo, NSC Total)

Em uma reunião de Mantedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (Ampesc), que representa as faculdades particulares, afirmou que o fim do limitador poderia fazer com que 2,3 mil alunos de faculdades de pequeno e médio porte ficassem sem bolsas. Nesse mesmo cenário, uma instituição poderia concentrar até 40% dos recursos para bolsas do Fumdesc.

O Fumdesc tem estimativa de aplicação de R\$ 230 milhões em bolsas nas faculdades particulares de SC em 2025. O presidente da Ampesc, Everaldo Tiscoski, afirma que a entidade observa uma movimentação de alunos interessados na retirada do limitador, aprovado no final de 2024 na Alesc. Segundo ele, o dispositivo já foi criado após uma discrepância no programa que teria privilegiado uma instituição com uma parcela maior dos recursos.

— Estamos fazendo reuniões para que fique compreendido o que significa esse limitador. Não é tirar recurso de ninguém, é redistribuir de forma mais criteriosa, mais justa, que possa abranger mais cidadãos catarinenses em todas as regiões do nosso Estado — avalia.

Conforme o dirigente, caso o limitador seja retirado, a maior parte das bolsas ficaria concentrada no Norte e no Sul de SC, onde estão as faculdades com mais alunos matriculados, em detrimento de regiões como Vale do Itajaí e Oeste, onde há mais instituições de pequeno e médio porte.

Na distribuição de recursos feita no início do ano, quatro das 23 instituições de ensino beneficiadas tiveram o número total de estudantes usado no cálculo para concessão de bolsas impactado pelo teto do programa.

Impactos do possível fim do limitador

A mudança no mecanismo, segundo a entidade, faria com que uma fatia maior dos recursos do Fumdesc fosse destinada a universidades maiores e a cursos como Medicina, que têm valores de mensalidades maiores. Conforme a Ampesc, uma bolsa no curso de Medicina equivale entre seis a oito bolsas em áreas como Psicologia ou Direito e pode chegar à proporção de mais de 10 bolsas para cursos de Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis.

O mecanismo NTE foi aprovado pela Assembleia Legislativa na lei que criou os programas de gratuidades no ensino superior em SC. Agora, porém, um artigo que retira a regra do limitador foi incluído em forma de emenda pelo deputado Pepê Collaço (PP) em uma medida provisória do governo do Estado que tramita na Alesc para mudar normas do Universidade Gratuita.

A principal alteração no texto original seria a previsão de concessão das bolsas antes da fase das matrículas, para evitar que eventuais alunos não contemplados com as gratuidades contraiam dívidas com as universidades por já terem se matriculado.

O fim do teto por grupo educacional, no entanto, pode ganhar relevância nas discussões. O texto ainda aguarda análise da Comissão de Finanças da Alesc. Além disso, estudantes da Unisol devem começar a reunir assinaturas na próxima semana para apresentar um projeto de lei de iniciativa popular para propor o fim do limitador.

Estudantes apontam sobra de recursos em faculdades privadas

O presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unisol, Alex Chernehaque, defende o fim do teto. Segundo ele, com a regra atual, as outras faculdades particulares devolveram R\$ 35 milhões não utilizados em bolsas no primeiro semestre deste ano. O valor foi utilizado em uma redistribuição de vagas feita em julho, mas segundo o dirigente mesmo assim os valores não foram totalmente aplicados.

Na avaliação do presidente do DCE, esse valor teria sido suficiente para atender os pouco mais de 500 estudantes da Unisol que ficaram de fora do Fumdesc no primeiro semestre do ano. Em caso de sobras de valores do Fumdesc, a quantia deve ser redirecionada ao Universidade Gratuita, que beneficia universidades comunitárias, do sistema Acafe.

Ele compara uma instituição com 1,9 mil alunos que recebeu R\$ 18 milhões para bolsas em 2025, com a Unisol, que tem 14 mil alunos e teria recebido R\$ 22 milhões, diferença vista como desproporcional pelo estudante.

— Não se trata de defesa das instituições menores, é simplesmente não querer que a maior universidade presencial do Fumdesc utilize as bolsas — critica o presidente do DCE, que apresentou uma ação civil pública à Justiça para propor o fim do teto de estudantes e também que o Estado assumira as dívidas dos alunos da instituição não contemplados no semestre passado.

Pivô da polêmica, a Unisol afirmou em nota à reportagem que iniciativas que favoreçam a permanência e o ingresso de estudantes no ensino superior são fundamentais para o desenvolvimento do Estado. “Por isso, defendemos que qualquer aprimoramento do Programa Fumdesc tenha como objetivo ampliar as oportunidades de qualidade aos estudantes catarinense”, afirmou a instituição, em um trecho da resposta.

O deputado Pepê Collaço (PP), autor da emenda que propõe o fim do teto de estudantes no Fumdesc, defende a medida por entender que no formato atual estaria havendo sobra de recursos para algumas instituições, enquanto alunos com intuito de carência compatível com as bolsas não estariam sendo contemplados nas faculdades de maior porte.

— O programa precisa se voltar mais ao aluno do que às instituições. Não pode virar uma guerra entre qual instituição vai ganhar mais e qual vai ganhar menos — argumenta o parlamentar.

A reportagem procurou a Secretaria de Estado da Educação para questionar sobre o tema. A pasta informou que o fator limitador do NTE foi proposto pela própria Ampesc à Assembleia Legislativa e incluído na lei em novembro do ano passado. “Nós, enquanto Secretaria de Estado da Educação, cumprimos rigorosamente os critérios que estão dispostos em lei”, informou a secretaria.

O governo ainda não se manifesta sobre a possível tentativa de retirada do limitador das regras do programa.

As investigações sobre o Universidade Gratuita

O Universidade Gratuita, programa do Estado que oferece bolsas no sistema Acafe, e o Fumdesc, voltado às faculdades particulares, foram alvos de um relatório do TCE-SC apresentado em junho deste ano que apontou cerca de 18 mil inconsistências nos cadastros informados às instituições de ensino.

No início de agosto, o governo do Estado divulgou que as primeiras investigações apontaram que os 18 alunos que teriam patrimônio entre R\$ 200 milhões e R\$ 855 milhões teriam na verdade cometido erro de digitação no preenchimento das informações. As investigações, segundo o governo do Estado, seguem sendo feitas, mas até o momento não teriam sido descobertas irregularidades.

O Ministério Público confirmou que há investigações em andamento sobre as inconsistências apuradas pelo TCE-SC, mas afirmou que por estarem em fase inicial por enquanto não há manifestações sobre o resultado desses procedimentos. A reportagem procurou também a Polícia Civil para questionar o estágio atual das investigações, mas não obteve retorno até a publicação.

Leia também

- [Escolas públicas municipais devem incluir pescados na merenda de Florianópolis; entenda](#)
- [STF define data para início de julgamento de Bolsonaro e mais sete por tentativa de golpe](#)
- [Jorginho Mello reage contra possível suspensão de parlamentares de SC: “Qual o problema nisso?”](#)

Temas: **Conteúdo Liberado** Universidade Gratuita

Início > Notícias > Meio Ambiente

Com 34,8% de cobertura, SC discute programa de saneamento para ampliar acesso e reduzir custos

Estado trata apenas um terço do esgoto, segundo estudo; deputados estaduais propõem consórcios e participação privada para universalizar o saneamento no estado

GEOVANI MARTINS, FLORIANÓPOLIS
18/08/2025 07h50

SEGUIR



Proposta de novo programa de saneamento que promete descentralizar gestão e reduzir custos em Santa Catarina – Foto: Reprodução/ND

Santa Catarina está debatendo mudanças importantes na forma de cuidar do esgoto e da água tratada. Um projeto que começou a tramitar esta semana na Alesc (Assembleia Legislativa de SC) visa criar o Programa de Saneamento Catarinense, com regras para descentralizar a gestão, estimular concessões e ampliar a participação dos municípios.

A meta é acelerar o cumprimento do Marco Legal do Saneamento, que exige 90% de cobertura até 2033. No estado, **apenas 34,8% do esgoto catarinense é tratado, segundo levantamento da IFAT Brasil** (Feira Internacional para Água, Esgoto e Soluções) — a 13ª pior posição do país e um dos piores índices do Sul e Sudeste. Na prática, 7 em cada 10 litros de esgoto vão parar no meio ambiente sem tratamento, prejudicando saúde, turismo e economia.

O projeto é assinado pelos deputados Napoleão Bernardes (PSD), Rodrigo Minotto (PSD) e Matheus Cadarin (Novo), e prevê que cidades possam se unir em consórcios para reduzir custos e ganhar eficiência. A proposta também abre espaço para investimentos privados e mantém a autonomia dos municípios.

Segundo os autores, o modelo busca evitar erros do passado, **como a tentativa de criar uma microrregião única**, que gerou resistência e foi arquivada. A ideia agora é combinar cooperação local com escala regional.



Projeto entrou em tramitação na Alesc nesta semana – Foto: Agência Alesc/Divulgação/ND

O texto está em análise na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que pediu a opinião de órgãos como a Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) e a ANA (Agência Nacional de Águas). Depois, seguirá para outras comissões (como a de Assuntos Municipais e a de Meio Ambiente) antes de ir a plenário.

Entenda o projeto que busca criar o Programa de Saneamento Catarinense

O Programa de Saneamento Catarinense prevê que municípios com mais de 40 mil habitantes possam aderir individualmente e cidades menores se unam em consórcios para ganhar escala e reduzir custos. A proposta mantém a autonomia municipal e permite concessões privadas ou atuação da Casan.

O Estado deverá ficar responsável por contratar estudos técnicos e apoiar as etapas de licitação, que deverão ser lançadas em até 30 dias após a entrega dos projetos. Quem aderir não poderá desistir. Há regras para rescisão de contratos com a Casan, com indenizações calculadas a partir do tempo restante de vigência.



Apenas um terço dos catarinenses possuem tratamento de esgoto, apontou levantamento – Foto: Reprodução/ND

Segundo os autores, a ideia é descentralizar a gestão, ampliar a concorrência e garantir viabilidade financeira para que a universalização do saneamento saia do papel.

SANTA CATARINA

RODRIGO MINOTTO

POLÍTICA

NAPOLEÃO BERNARDES

MATHEUS CADORIN



Maga Stopassoli

maga.stopassoli@ndtv.com.br

Jornalista e comentarista política. Aqui tem análise, uma dose de bom humor, sem perder a firmeza. Falo de política pra quem ama, pra quem ignora e pra quem finge que não se importa. Aqui você encontra a política explicada pra todo mundo: do viciado em urna ao eleitor de última hora. Entre e fique a vontade!



Início » Notícias » Política

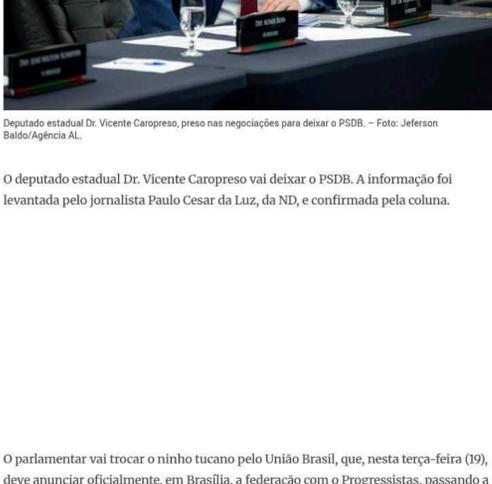
Parlamentar catarinense vai trocar o PSDB pelo União, que terá a 2ª maior bancada na Alesc

A filiação ainda não tem data marcada, mas, “na Austrália”, Vicente Caropreso já bateu asas do ninho tucano

MAGA STOPASSOLI

18/08/2025 15h47

SEGUIR



Deputado estadual Dr. Vicente Caropreso, preso nas negociações para deixar o PSDB. – Foto: Jefferson Baldo/Agência AL.

O parlamentar vai trocar o ninho tucano pelo União Brasil, que, nesta terça-feira (19), deve anunciar oficialmente, em Brasília, a federação com o Progressistas, passando a ser denominado União Progressista.

Superbancada

A ida de Dr. Vicente para o União fará com que a federação tenha uma “superbancada” na Assembleia Legislativa, com sete deputados, a segunda maior da Casa, atrás apenas do PL. São eles: Altair Silva, Zé Milton Scheffer e Pepê Collaço, do Progressistas; Jair Miotto, Marcos da Rosa, Sérgio Guimarães e Vicente Caropreso, do União.

Saldo da federação em nível nacional

Após a oficialização da federação, os dois partidos terão o comando de quatro ministérios no governo Lula, além da maior bancada da Câmara, com 109 deputados federais.

Presidente estadual do União confirma ida de Dr. Vicente para o partido

O deputado federal e presidente estadual do União, Fábio Schiochett, confirmou a ida de Dr. Vicente para o partido e disse que espera que o PSDB “libere” o parlamentar para se filiar sem prejuízos ao mandato.

“Nós estamos só aguardando ver se o PSDB estadual faz a liberação dele, que eu acho que seria o justo, né? Inclusive ele está indo hoje a Brasília pra ter uma conversa com o presidente nacional do União, Antônio Rueda. É um bom quadro para o União, e aí, com a federação, nós passamos a ter sete deputados estaduais”, disse Fábio.

Se o PSDB não liberar o parlamentar, ele terá de esperar a janela partidária, ano que vem

A troca de partido por parte de parlamentares eleitos é permitida, desde que siga as normas pré-estabelecidas. No caso de deputados estaduais, a migração partidária pode ocorrer no ano em que houver eleição para o mesmo cargo; do contrário, o político pode até perder o mandato.

Outra alternativa é a boa vontade entre os envolvidos. Neste caso, se o presidente estadual do PSDB autorizar, Vicente Caropreso pode assinar a ficha no União ainda este ano. Informações de bastidores dizem que essa é uma possibilidade com menor chance de acontecer.

Neste caso, o deputado teria de aguardar até 6 de março de 2026, quando abre a janela para troca partidária das eleições do ano que vem. Ou seja, mesmo sem a ficha oficialmente abonada pelo novo partido, pode-se dizer que, “na Austrália”, Dr. Vicente já é do União Progressista.

E o PSDB?

Com a saída de Dr. Vicente, o PSDB catarinense passa a ter somente um integrante na Alesc: o deputado estadual Marcos Vieira. Em nível nacional, o PSDB chegou a aquecer conversas recentemente com o Podemos, com a possibilidade de fusão entre os dois partidos, mas isso segue sem definição.

Pra fechar

Na última quinta-feira, o União também confirmou a filiação do ex-prefeito de Araquari, Clenilton Pereira. [Leia aqui.](#)



A missão de Schiochet no processo contra Eduardo Bolsonaro – Acontece SC



Foto: Divulgação/Câmara dos Deputados



Por: **Ewaldo Willerding Neto**

19/08/2025 - 05:08 - Atualizada em: 19/08/2025 - 05:41

Está sob a responsabilidade do deputado federal catarinense Fábio Schiochet (União Brasil) a condução do pedido de cassação do colega Eduardo Bolsonaro (PL), a partir de despacho encaminhado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). O parlamentar de Jaraguá do Sul já disse que irá levar adiante o processo com “responsabilidade” e dando “todo o direito de defesa” ao filho 03 do ex-presidente Bolsonaro. Ocorre que ele segue nos Estados Unidos a pilhar a Casa Branca contra os interesses nacionais, com o propósito declarado de anistiar seu pai e todos os envolvidos nos atos que culminaram na baderna de 8 de janeiro de 2023. A pergunta que fica é: como será exercida a “ampla defesa”? Eduardo Bolsonaro voltará ao Brasil para dar suas explicações. Ao que parece, não! O fará via teleconferência? O regimento permite? Questões que ficam no ar, a partir do momento que o deputado por São Paulo deixa claro que não recuará do seu intento.

Temporários

O Pleno do TCE/SC deliberou pela revogação da decisão que tratava da contratação de pessoal no serviço público, por tempo determinado, com base exclusivamente na análise de títulos. Pelo novo entendimento, o recrutamento deve ocorrer por meio de processo seletivo simplificado, normatizado e amplamente divulgado. A avaliação só com títulos é exceção.

Tarifaço

A Fiesc realizou nesta segunda-feira uma live para debater o panorama de negociação das tarifas comerciais entre o Brasil e os EUA, com a participação do senador Esperidião Amim (PP), integrante da comitiva parlamentar que foi a Washington, e o diplomata e ex-presidente do BRICS, Marcos Troyjo. O evento foi promovido pelo Comitê de Crise da Federação das Indústrias.

Gênero

O Auditório Antonieta de Barros, na Alesc, recebe na quarta-feira, a partir das 17h, audiência pública sobre violência política de gênero, proposta e conduzida pela Coordenadora da Bancada Feminina e da Secretaria da Mulher, deputada Paulinha (Podemos). Casos recentes em Santa Catarina mostram a gravidade do problema e a urgência de ações concretas.

Restauração



Foto: Rodrigo Correa/Agência AL

O quadro do político e militar Antônio Pereira da Silva e Oliveira, retrato histórico de 1926 pintado pelo artista italiano Tiziano Basadon, está entre as 500 obras de arte que serão restauradas pelo recém inaugurado ateliê da Alesc. Os trabalhos usam técnicas modernas, como o grafeno, desenvolvidas em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e a UFSC.



Ewaldo Willerding Neto

Jornalista formado pela UFSC com 30 anos de atuação.

PEC da polícia científica pode ser votada nesta terça-feira



Foto: PMJS/Divulgação



Por: **Áurea Arendartchuk**

19/08/2025 - 05:08 - Atualizada em: 19/08/2025 - 05:26

O Senado pode votar, nesta terça-feira (19), a inclusão das polícias científicas entre os órgãos de segurança pública listados pela Constituição. Os senadores farão a quinta e última rodada de discussões antes de votar em primeiro turno a Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Caso aprovada, a proposta de mudança constitucional ainda deverá passar por mais três sessões de discussão e novo turno de votação.

Diversos estados já têm órgãos da polícia científica separada da polícia civil. A garantia constitucional, deve fortalecer a instituição responsável pelas perícias técnicas das investigações criminais. O texto, se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Em maio, proposta semelhante, voltada às guardas municipais, foi aprovada pelo Senado. A PEC, que inclui as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública, seguiu para análise da Câmara.

Para ser aprovada, uma PEC precisa dos votos favoráveis de três quintos de cada Casa legislativa (49 senadores e 308 deputados federais) em dois turnos.

Comissão da Câmara debate crimes virtuais contra crianças

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados realiza, nesta terça-feira (19), uma audiência pública sobre o combate a crimes cibernéticos contra crianças e adolescentes. O debate atende a requerimento da deputada Caroline De Toni (PL-SC).

A parlamentar lembra que a preocupação com o tema não é de agora. Em abril, ela participou de um seminário aqui no Estado sobre extorsão sexual virtual, ocasião em que convidou os especialistas para que o debate também fosse feito na esfera federal. “Não estamos aqui porque o assunto virou tema nacional nos últimos dias, mas porque há anos denunciemos a exploração, a sexualização precoce e a vulnerabilidade das nossas crianças no ambiente digital”, afirmou.

O encontro contará com representantes da Polícia Civil de SC, Polícia Federal, Ministério Público estadual, além de representantes de grandes plataformas digitais, que apresentarão diagnósticos e propostas para enfrentar o problema.

Carol tem uma trajetória consolidada na defesa da infância no Congresso. Em 2021, presidiu a Subcomissão Especial da Criança e foi relatora do Projeto de Lei que criminalizou a indução ao suicídio e à automutilação em ambientes virtuais, estabelecendo punições a quem promove desafios como a “Boneca Momo” e a “Baleia Azul”, que colocaram em risco a vida de adolescentes no Brasil e no mundo.

Em Brasília

O vice-prefeito de Schroeder Adriano Kath, o secretário municipal da Agricultura Lucas Wudtke e o vereador Ronan Minatti, embarcaram na noite de segunda-feira (18) para Brasília com o objetivo de captar recursos para o município. Durante a agenda na capital federal, estão previstas reuniões com deputados estaduais e federais, além de representantes dos Correios. Eles também vão ao Ministério da Agricultura e terão uma reunião com o senador Jorge Seif.

Segurança

A instalação de redutores de velocidade na rua José Theodoro Ribeiro, no bairro Ilha da Figueira, é assunto de uma indicação que passou recentemente pela Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul. A proposta, de autoria da vereadora Natália Petry (MDB) também sugere ao Executivo Municipal, como alternativa aos radares, uma série de modificações nas ruas adjacentes para a melhoria do fluxo de tráfego. O documento foi encaminhado à Prefeitura, que fará a análise da proposta e realizará a deliberação sobre os custos envolvidos e sua aplicação.

Emendas

As inscrições de projetos para o edital de Emendas Participativas do deputado estadual Mário Motta (PSD) seguem até o dia 7 de setembro. O programa tem por finalidade realizar a distribuição das chamadas emendas impositivas de forma diferente, selecionando projetos por meio de um chamamento público. O formulário de inscrição e todas as informações estão disponíveis em www.deputadomariomotta.com.br. Podem participar deste processo, órgãos e instituições públicas estaduais, municípios e instituições sem fins lucrativos, com projetos de interesse público. A avaliação das propostas recebidas é feita por uma equipe técnica.



Áurea Arendartchuk

Jornalista com mais de 20 anos de experiência, atuei como repórter, colunista, editora e assessora de imprensa.



18 AGO 2025

BR-282: sem recursos e com prazos distantes, DNIT empurra soluções enquanto acidentes se acumulam

O corte orçamentário do DNIT para 2025 ameaça até medidas emergenciais na BR-282 e adia soluções estruturais no trecho entre Palhoça e Alfredo Wagner, na Grande Florianópolis. Embora a autarquia reconheça que a duplicação é o único caminho definitivo, os prazos continuam desanimadores: os projetos de terceiras faixas e novos acessos - contratados em 13 lotes - devem ficar prontos apenas em 2026, com previsão de licitar obras no primeiro semestre do próximo ano. Enquanto isso, fala-se em intervenções pontuais e de baixo custo, insuficientes diante do histórico de colisões e mortes.

Na tarde desta segunda-feira (18), a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano realizou, no Plenarinho, audiência pública proposta pelo deputado Junior Cardoso (PRD) para discutir os gargalos da BR-282. A reunião reforçou o que usuários e gestores locais já sabem: a rodovia segue crítica para a mobilidade regional, para o desenvolvimento econômico e, sobretudo, para a segurança de quem precisa usá-la diariamente.

Um dos pontos mais sensíveis é o acesso à estrada que leva ao mirante da Serra da Boa Vista, em Rancho Queimado. A necessidade de uma rotatória ou trevo é consenso, mas não há solução de curto prazo. Em Santo Amaro da Imperatriz, a alternativa em estudo é a instalação de novas lombadas de elevação em trechos com alta incidência de acidentes; a superintendência do DNIT/SC afirma que ouvirá lideranças locais para definir os pontos.

O superintendente substituto do DNIT em Santa Catarina, Amauri Souza Lima, foi taxativo ao classificar a duplicação como solução definitiva - ainda distante. No intervalo, as chamadas "ações emergenciais" se resumem às lombadas em Santo Amaro e ao mapeamento de trechos críticos.

Os depoimentos mostraram o custo humano da demora. O prefeito de Rancho Queimado, Tiago Schultz (PL), lembrou que a maioria dos moradores conhece vítimas da BR-282 - ele próprio perdeu o irmão em um acidente há dois anos. O secretário de Trânsito de Santo Amaro, Luiz Gonzaga dos Santos, citou a frequência de colisões nos trevos da Varginha e da New Time. O vereador Policial Leon (PL) cobrou a inclusão de áreas de escape para caminhões em descidas íngremes. A Polícia Rodoviária Federal, representada por Leandro Andrade, reforçou a urgência de investimentos também em educação para o trânsito.

A agenda federal, no entanto, não acompanha a urgência dos fatos. Com o corte orçamentário no DNIT para 2025, até ações de baixa complexidade correm risco. "Seguiremos vigilantes, em parceria com os municípios", disse o deputado Junior Cardoso.

A audiência pública deu voz às comunidades e consolidou prioridades locais. Agora, é transformar diagnóstico em compromisso, com prazos reais, contratação de projetos sem interrupções e início das obras que efetivamente salvam vidas. Cada dia de atraso mantém a contagem de vítimas em aberto.



COTIDIANO

Alesc aprova projeto de Mário Motta sobre uso ético da Inteligência Artificial no serviço público

A medida visa garantir transparência, segurança e responsabilidade no uso



Por Redação

Criciúma, 18/08/2025 - 16:51 Atualizado em 18/08/2025 - 16:56



Foto: Arquivo/ 4oito

 Quer receber notícias como esta em seu Whatsapp? [Clique aqui e entre para nosso grupo](#)

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) aprovou o Projeto de Lei 0049/2024, de autoria do deputado estadual Mário Motta, que estabelece os princípios éticos e diretrizes para o uso da Inteligência Artificial (IA) no âmbito da administração pública estadual. A medida visa garantir transparência, segurança e responsabilidade no uso dessa tecnologia por órgãos públicos. O texto aguarda agora a sanção do governador para entrar em vigor.

Segundo o parlamentar, o objetivo central da lei é assegurar que o cidadão saiba quando está interagindo com uma inteligência artificial. "Especialmente no serviço público, é fundamental que o contribuinte saiba se está sendo atendido por uma IA ou por um ser humano. Esse foi o ponto principal da nossa proposta", destacou Motta. A proposta também busca fomentar a inovação, melhorar o atendimento ao cidadão e garantir que o uso da IA siga padrões éticos e legais.

A regulamentação da nova lei será feita pela Secretaria de Desenvolvimento e Inovação, que participou ativamente da construção do projeto. Motta explica que a lei é apenas o primeiro passo e que o detalhamento de como a IA poderá ser aplicada será definido posteriormente. "A legislação estabelece a base filosófica e ética. O detalhamento técnico virá com a regulamentação, garantindo o uso correto e consciente da tecnologia no serviço público", afirmou o deputado.

Ouçã a entrevista com deputado estadual Mário Motta:

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Início > Cultura > Alesc inicia restauração de obras que marcaram a história de SC

Alesc inicia restauração de obras que marcaram a história de SC

Projeto resgata acervo artístico e celebra o centenário da obra de Antônio Pereira da Silva e Oliveira

De **Lucas Marques** — Em **18 ago, 2025 | 19:45** — Últimas atualizações **18 ago, 2025 | 16:30**

CULTURA



Compartilhar Facebook Twitter Telegram O Mail

Com um acervo de mais de 500 obras que [marcaram a história](#) da arte e da política em Santa Catarina, a Alesc inaugurou recentemente um ateliê de restauração de peças artísticas que integram a sua galeria.

O quadro do político e militar Antônio Pereira da Silva e Oliveira, retrato histórico de 1926 pintado pelo artista italiano Tiziano Basadon, celebra esse novo momento do Parlamento, coordenado pela [Gerência Cultural da Casa](#).

PUBLICIDADE

Técnicas modernas e parceria com UFSC e FCC

A tela do político que fez história no estado e chegou a assumir o governo catarinense por três vezes será recuperada com técnicas modernas, como o uso de grafeno, desenvolvidas em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Primeira obra a ser restaurada

A gerente de cultura da Alesc, Juliana Bassetti, informa que outras oito obras estão na lista de restauro imediato, mas que o retrato de Antônio Pereira da Silva foi a primeira opção por sua relevância histórica.

“O trabalho será um resgate da história de cada peça”, pontua Juliana, comentando que há informações de que a obra foi salva de um incêndio ocorrido em 1956 no antigo Palácio da Assembleia Legislativa. “Esse trabalho é de pesquisa também e vai nos dar mais subsídios a respeito dessa e de outras obras que serão recuperadas”, acredita.

A restauração desse retrato será concluída no ano que vem, quando a obra completa 100 anos. “Pretendemos assim presentear a população catarinense com esse trabalho primoroso de restaurar a história de Santa Catarina”, disse. A ideia é expor a tela recuperada no hall do Palácio Barriga Verde. Na sequência, outras oito obras serão restauradas.

Detalhes do processo de restauração

As marcas do tempo apontam para detalhes que não passam despercebidos para especialistas como o restaurador Marcelo do Amaral, que fez um mapeamento minucioso dos problemas apresentados pela tela.

“Essa obra chegou com bastante fungos. Foi feito um tratamento de desinfecção, com óleos desenvolvidos até pelo laboratório da Fundação Catarinense de Cultura, à base de melaleuca e outros solventes que nos ajudaram bastante”, informou.

A restauração do retrato conta com o apoio de servidores da Diretoria de Patrimônio da Fundação Catarinense de Cultura. Durante o trabalho, será usado um composto de carbono chamado “grafeno”. O material foi desenvolvido pelo Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da FCC ([Atecor](#)), em conjunto com o Departamento de Química da UFSC.

Após o sucesso da pesquisa e do desenvolvimento da nova técnica, o objetivo agora é que o grafeno seja difundido e vendido comercialmente.

Grafeno garante maior durabilidade às obras

Quem traz mais detalhes sobre a técnica é o pesquisador e químico da Atecor, Thiago Guimarães Costa.

“O grafeno é uma técnica que tem carbono em sua composição. E essa estrutura assegura mais eficiência às obras, como maior fixação, anti-envelhecimento, por exemplo. É uma técnica inovadora que vai garantir mais conservação à tela”, observou.

Quem foi Antônio Pereira da Silva e Oliveira

[Antônio Pereira da Silva e Oliveira](#) nasceu em São Paulo em 1848 e, aos 4 anos de idade, chegou em Santa Catarina, onde criou raízes e ingressou na carreira militar e na política.

Foi eleito deputado federal e senador representando os catarinenses. Também atuou como deputado na época da Assembleia Legislativa Provincial e, posteriormente, na era republicana.

Participou como deputado constituinte em 1895. Como presidente da Alesc, assumiu o governo do estado por três vezes. Faleceu em 1938, em Florianópolis.

Compartilhar Facebook Twitter Telegram O Mail

BR-282: RODOVIA VITAL PARA SC SEGUE ACUMULANDO TRAGÉDIAS E PROMESSAS

18 de agosto de 2025

Compartilhar no Facebook

Compartilhar no Twitter

G+

P



Audiência pública na Alesc: A BR-282, continua sendo promessas de obras ainda distantes. (FOTO: Jeferson Baldo/Agência AL)

O acesso à estrada que leva ao mirante da Serra da Boa Vista, em Rancho Queimado, foi novamente classificado como ponto crítico da BR-282. Localizado no km 70, o entroncamento é considerado arriscado pela conversão à esquerda, falta de acostamento adequado e fluxo intenso de veículos.

Apesar da gravidade, não há solução de curto prazo para implantação de trevo ou rotatória. O DNIT, em audiência pública realizada na tarde de hoje na Assembleia legislativa, coordenada pelo deputado Junior Cardoso (PRD), informou que uma intervenção definitiva dependerá da duplicação do trecho, cujos projetos devem ser concluídos apenas em 2026.

Santo Amaro: trevos perigosos e risco de acidentes

Em Santo Amaro da Imperatriz, acidentes se multiplicam em locais já conhecidos: trevo da Varginha e trevo da New Time. Para reduzir riscos, a solução emergencial estudada pelo DNIT é a instalação de lombadas de elevação, ouvindo as demandas da comunidade. O secretário municipal de Trânsito, Luiz Gonzaga dos Santos, destacou que os registros de colisões aumentam ano após ano.

Obras prometidas para 2026: duplicação, terceiras faixas e acessos

O superintendente substituto do DNIT em SC, Amauri Souza Lima, anunciou que estão contratados 13 lotes de projetos entre o km 30 e o km 85 da BR-282, que preveem 20 km de terceiras faixas, 17 novos acessos e inclusão do entroncamento da comunidade de Queimada Grande.

Segundo ele, a previsão é de que os projetos sejam finalizados até fevereiro de 2026, com possibilidade de licitação ainda no primeiro semestre do próximo ano.

Rodovia marcada por vítimas e histórias de dor

O prefeito de Rancho Queimado, Tiago Schultz (PL), ressaltou que a rodovia é palco constante de tragédias. “Todos no município conhecem famílias que perderam parentes em acidentes. Eu mesmo perdi meu irmão há dois anos”, disse.

As condições climáticas agravam o risco: neblina e serração frequentes tornam o tráfego ainda mais perigoso.

Turismo em alta, infraestrutura deficiente

O mirante da Serra da Boa Vista, inaugurado em 2023 com investimento de R\$ 5 milhões do governo do Estado, virou um grande atrativo turístico. Só que o sucesso da atração contrasta com o acesso inseguro e precário.

PRF cobra mais educação no trânsito

O chefe da PRF em São José, Leandro Andrade, reforçou que educação no trânsito precisa ser prioridade para reduzir acidentes. Já o vereador Policial Leon (PL), de Santo Amaro, pediu a inclusão de áreas de escape para caminhões, que frequentemente enfrentam superaquecimento de freios nos trechos de serra.

Parlamento promete vigilância

O deputado Junior Cardoso agradeceu o DNIT “por esclarecer o que está sendo feito”, e garantiu que seguirá vigilante, “em parceria com os municípios”. O responsável pela delegacia da Polícia Rodoviária Federal em São José, Leandro Andrade, lembrou que a educação para o trânsito é ponto que também precisa ser incentivado, a fim de favorecer a redução de acidentes.

O vereador por Santo Amaro, Policial Leon (PL), pediu que nos projetos do trecho sejam incluídas áreas de escapes em pontos críticos onde caminhões podem perder os freios em função de superaquecimento

PERFIL



Sou comentarista político com 35 anos de experiência, natural de Florianópolis e tenho na verdade a minha maior característica. Aqui o recado é sempre direto, sem rodeios, doa a quem doer.

Contato: bosslevanio@gmail.com

REDES SOCIAIS



GERAL

Governador inaugura pavimentação asfáltica e assina ordens de serviço em Pescaria Brava

18/08/2025

Foi entregue a pavimentação de 2,5 km da avenida Eliete de Souza, no trecho que liga Sertão de Cima até Carreira do Siqueiro



O governador Jorginho Mello cumpriu agenda em Pescaria Brava, neste domingo, 17. Ele participou da inauguração da pavimentação asfáltica da Avenida Eliete de Souza e assinou ordens de serviço para a construção de uma escola, de uma praça e do pórtico da cidade, além de outras obras de pavimentação. A cerimônia também marcou a entrega da SC-437.

“Estou aqui com muita alegria na nossa querida Pescaria Brava. A gente está muito feliz por fazer em todos os cantos de Santa Catarina uma transformação em todas as áreas. Estamos fazendo aquilo que tem que fazer: parceria com os prefeitos. É ele que sabe onde que aperta o sapato. Estar aqui para ver as obras que nós estamos fazendo é um motivo de muito orgulho, é dinheiro do contribuinte entregue pra essas obras que as pessoas precisam”, declarou o governador Jorginho Mello.

Foi entregue a pavimentação de 2,5 km da avenida Eliete de Souza, no trecho que liga Sertão de Cima até Carreira do Siqueiro, no contorno viário da cidade e se conecta com a SC-437. A obra custou R\$ 3,250 milhões, sendo pagos diretamente pelo Estado por convênio simplificado intermediados pelos deputados estaduais Pepê Colaço e Sérgio Motta.

Além disso, também foi entregue a pavimentação asfáltica da SC-437, no trecho que vai da comunidade de Barreiros até Siqueiro. São 7,2 km de rodovia pavimentada que vão trazer mais segurança e conforto para a cidade do Sul catarinense. O Governo do Estado investiu R\$ 15,5 milhões na melhoria pelo programa Estrada Boa.

“Estamos realizando sonhos aqui em Pescaria Brava também. Esse trecho da SC-437, que já está pronto, é muito importante. Essa é uma reivindicação de muito tempo. Assim como a avenida, que é um convênio com o município aqui no Siqueiro. São mais 2,5 quilômetros, que transforma a vida das pessoas que moram nas comunidades”, explicou o secretário adjunto da Infraestrutura e Mobilidade, Ricardo Grando.

O ato marcou ainda para a assinatura de ordens de serviço para construção do pórtico na entrada da cidade, Bairro Santiago, no valor de R\$ 257 mil; construção de escola na comunidade de Taquaruçu, orçada em R\$ 4,5 milhões; pavimentação em lajota da rua Leandro Thomaz Francisco trecho 05 – Bairro Laranjeiras, com custo de R\$ 900 mil e da rua de acesso ao mirante, bairro Laranjeiras, estimada em R\$1,2 milhão; além da construção de praça inclusiva no bairro Santiago, por R\$ 466 mil.

O governador Jorginho Mello entregou ainda três máquinas para apoio à agricultura familiar e um trator. Todos os recursos são do programa SC Levada a Sério 2ª edição, totalizando R\$ 7,1 milhões. Durante o programa, o governador Jorginho Mello esteve com todos os prefeitos das 295 cidades do estado. A iniciativa serviu para ouvir as demandas dos municípios.

“Hoje é um dia muito feliz, de celebração para Pescaria Brava, para a comunidade, beneficiada. É uma comunidade que tem um desenvolvimento regional, que faz divisa com Imaruí, Capivari de Baixo e Gravatal. Então, esse asfalto é de grande relevância. E com certeza é o maior pacote de um Governo Estado aqui no município de Pescaria Brava”, comemorou o prefeito de Pescaria Brava, Luiz Henrique Castro de Souza.

Artesanato

Ainda no evento, foram liberados R\$ 100 mil para 14 grupos organizados de mulheres de Pescaria Brava que se dedicam ao artesanato. Os recursos vão contribuir para aquisição de kits de trabalho para que as cerca de 310 artesãs possam desenvolver as atividades de maneira coletiva, promovendo a valorização cultural e economia solidária da comunidade.

📍 Governador inaugura pavimentação asfáltica e assina ordens de serviço em Pescaria Brava
 💬 Se engaje! Comente nossas matérias.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

ENVIE SUA NOTÍCIA

Você pode fazer parte do Sulinfoco, publique sua notícia também!
 Para participar basta clicar no botão abaixo, preencher o formulário e aguardar a publicação da sua notícia.

ENVIAR NOTÍCIA

Curta o Sulinfoco no
Facebook

Confira nosso canal no
YouTube

Curta nossas fotos no
Instagram

📷 Siga-nos

Conecte-se ao nosso
LinkedIn

Siga-nos ao
Twitter

Seguir

ANIVERSÁRIO
PREMIADO
APP
CLUBE
alfa

MAIS DE
R\$ 300 MIL
em prêmios!

Superalfa **alfa** **alfa**
Agropecuária

SAIBA MAIS

MENU

Di REGIONAL

DIÁRIO DO IGUAÇU > COTIDIANO

Ao continuar sua navegação, você concorda com os nossos **Termos de Uso**.

ACEITO

Polícia Militar reforça as comunidades rurais com 42 novas viaturas em SC

Maior investimento da história no Programa Rede Rural de Segurança promete reduzir crimes, proteger propriedades e fortalecer a presença policial nas áreas rurais catarinenses

18/08/2025 - 14:09



A medida melhora a resposta da polícia em caso de crimes ou emergências no campo.
Créditos: PMSC

A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) anunciou um grande reforço para a segurança no campo: a entrega de 42 novas viaturas para fortalecer o Programa Rede Rural de Segurança, que é voltado especialmente à proteção das comunidades rurais do estado.

Esse é o maior investimento já feito no programa, e tem como foco principal reduzir os crimes nas áreas rurais, como furtos de gado (abigeato) e invasões de propriedade.

Essa ampliação é fruto da parceria entre a PMSC, a Federação da Agricultura e Pecuária de SC (Faesc), o Comando de Polícia Militar Ambiental (CPMA) e a Assembleia Legislativa de SC (Alesc).

O que é o Programa Rede Rural de Segurança?

É uma iniciativa da PMSC que busca aproximar a polícia dos produtores rurais, usando estratégias de prevenção e colaboração. O programa funciona com:

- Cadastro das propriedades rurais;
- Comunicação direta com os produtores, por meio de grupos de WhatsApp e do aplicativo PMSC Mobile;
- Georreferenciamento das áreas, o que ajuda a localizar mais rapidamente os locais em caso de emergência;
- Visitas preventivas e rondas guiadas, feitas por policiais capacitados.

Atualmente, mais de 9 mil propriedades já estão cadastradas, e a polícia realiza visitas constantes e mantém centenas de grupos ativos com os moradores do campo.

A medida melhora a resposta da polícia em caso de crimes ou emergências no campo e ajuda a evitar que esses crimes ocorram, criando um ambiente mais seguro para quem vive e trabalha na zona rural. Também fortalece o setor do turismo rural e apoia ações de defesa sanitária.

Tags: [Polícia Militar](#) [Programa Rede Rural de Segurança](#) [viaturas](#)
[Assembleia Legislativa de Santa Catarina](#) [Alesc](#) [furtos de gado](#) [Comando de Polícia Militar Ambiental](#)

Di REGIONAL

Di Diário do Iguaçu

Di EXTREMO OESTE

Di ALTO URUGUAI

Di DIVISA OESTE

Di FOLHA DE CHAPECÓ

Diplay

Di PREMIUM *****

ACOMPANHE O DI NAS REDES SOCIAIS



Desenvolvido por Elo Idelas



Oficinas culturais, dentro do Setembro Verde, promovem a conscientização sobre as deficiências ocultas

Variedades > Oficinas culturais, dentro do Setembro Verde, promovem a conscientização sobre as deficiências...

Variedades

By **editor.deolhonailha** 18 de agosto de 2025



COMPARTILHE



Projeto Alegria a gente Cria, da escritora Ana Lavratti, integra o Circuito Catarinense de Cultura e percorre instituições de SC para fomentar a empatia e inclusão social

O Setembro Verde nos remete a duas datas muito importantes: 21 de setembro é o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência e 27 de setembro é o Dia Nacional da Doação de Órgãos. Contemplada pela FCC para o Circuito Catarinense de Cultura, a escritora Ana Lavratti aproveita as duas datas para abraçar a causa das deficiências ocultas. Em Santa Catarina, a Lei n. 18.255/2021 atualizou a legislação para equiparar a pessoa diagnosticada com doença renal crônica à pessoa com deficiência. Na prática, no entanto, os pacientes renais que se submetem a um transplante de rim, ou que dependem de diálise, não costumam ser percebidos pela sociedade como pessoas com atendimento prioritário ou direitos ampliados, por se tratar de uma deficiência orgânica. “O mesmo vale para os pacientes com dor crônica e outras limitações não-arentes, por isso a nossa proposta contempla oficinas culturais dentro da APAR e da Renal Vida, para sensibilizar a sociedade sobre as deficiências são visíveis”, explica a idealizadora, Ana Lavratti.

Executada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, com recursos do Governo Federal e da Política Nacional Aldir Blanc, a proposta contempla seis encontros gratuitos. Além da APAR, em Florianópolis, e da Renal Vida, em Blumenau, as oficinas culturais “Alegria a gente Cria” serão oferecidas na Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), no Espaço IVG do Instituto Vilson Groh, e para os pacientes, familiares e voluntários da AMUCC, num evento aberto ao público no Plenarinho da Assembleia Legislativa. Em todas as edições, de 1º a 24 de setembro, os participantes vão basear as atividades no livro distribuído gratuitamente, com temática motivacional. À parte, a oficina também integra a programação do projeto Múltiplas Experiências, na Casa Múltiplas.

Autora de 12 livros, entre eles “Alegria a gente Cria”, Ana Lavratti estreou na literatura por meio do voluntariado. Seu primeiro livro, “Seus olhos, depoimentos de quem não vê como você nunca viu”, teve a íntegra da renda para a Associação Catarinense para Integração do Cego. Em outro projeto mais recente, Ana levou para a ACIC oficinas explorando o conto “O Patinho Feio”, e desta vez o objetivo é disseminar o “monólogo interior vence-dor”. Tudo começa nos poemas, que convidam a revisitar comportamentos com muita humanidade: reconhecendo as limitações com respeito, olhando para a própria história com orgulho, e substituindo falas automatizadas, de lamento e vitimização, por expressões de otimismo e proatividade. Ao longo da dinâmica, o participante vai designar as mudanças necessárias na forma como fala consigo: no que repete a seu respeito e como isso forja a própria identidade.

Forçada a tratar um câncer quando tinha bebê de colo, forçada a largar a rotina efervescente para acompanhar o marido internado em Curitiba – submetido a mais de 30 cirurgias desde o diagnóstico de tumor na coluna – e forçada a reescrever seus planos, após um quadro grave de dengue hemorrágica com lenta recuperação, Ana Lavratti conhece bem a realidade de quem precisa se superar diariamente. As lições aprendidas nos momentos de fragilidade foram traduzidas em poemas no livro “Alegria a gente cria” e na metodologia das oficinas, onde ela se apodera das teorias de Augusto Cury e de Tony Robbins – que nos convencem que as palavras que escolhemos determinam a intensidade da experiência e a qualidade das nossas memórias – para incitar o leitor e ouvinte a ser mais criterioso nas expressões e nos mantras que adota.

“Sempre que uma pessoa tem limitações de saúde, toda a rede de apoio precisa se adaptar, e são estas pessoas que desejamos envolver, levando mensagens de empatia, de encorajamento e de alegria para os pacientes, os familiares e os voluntários, incitando por meio da leitura poética e da escuta afetiva uma postura protagonista diante das adversidades”, resume Ana. O símbolo utilizado para identificar pessoas com deficiências ocultas é o cordão de girassol, e estas oficinas culturais pretendem ampliar a consciência sobre estes casos, em que a pessoa pode requerer ajuda ou mais tempo, sem que esta condição seja percebida pela sociedade.

AGENDA DE OFICINAS “ALEGRIA A GENTE CRIA”

28.08 – 8h30 – Faial Prime Suites – Café da Manhã para imprensa e Lançamento oficial da programação das Oficinas “Alegria a gente Cria”

01.09 – 13h – ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego (Florianópolis)

03.09 – 14h30 – APAR – Associação dos Pacientes Renais de SC (Florianópolis)

10.09 – 14h – Espaço IVG – Instituto Vilson Groh (Florianópolis)

11.09 – 19h – Múltiplas Experiências na Casa Múltiplas (Florianópolis)

22.09 – 11h – Renal Vida (Blumenau)

24.09 – 13h30 – Plenarinho da Assembleia Legislativa (Alesc), em parceria com AMUCC*

* Encerramento com evento aberto ao público e distribuição gratuita do livro.

O deolhonailha.com.br é um portal hiperlocal de conteúdos sobre **Florianópolis** e **Região**. Nosso lema é “Fique por dentro de Floripa”, com o principal objetivo de deixar os moradores e visitantes da Ilha da Magia muito bem informados sobre tudo o que acontece por aqui.

✉ editor@deolhonailha.com.br

📍 Ilha da Magia / Floripa

Variedades

Economia e Negócios

Tecnologia

Eventos

Turismo

Meio ambiente

Esportes

Gastronomia

Grande Florianópolis

Marketing

Política

Segurança

FPOLIS

Nuvens Quebradas



16.4 °C

≈ 17°

≈ 15.6°

88 %

2.6kmh

75 %

SEG

22°

TER

23°

QUA

19°

QUI

21°

SEX

24°



COTIDIANO

Fotos: Luiz Prudêncio/Divulgação

Governador inaugura asfalto em Pescaria Brava

Jorginho Mello entregou primeira etapa da Avenida Eliete de Souza e anunciou novas obras no município



Por Joca Baggio

Publicado em 18/08/2025 10:36 - Atualizado em 18/08/2025 10:37

COMPARTILHE

TWEET



2

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, esteve em Pescaria Brava neste domingo (17) para inaugurar a pavimentação do primeiro trecho da Avenida Eliete de Souza. A obra, que liga o Sertão de Cima à Carreira do Siqueiro, recebeu 2,5 quilômetros de asfalto até a comunidade da Barranca, com investimento de R\$ 3,25 milhões.

Durante o evento, o deputado estadual Pepê Collaço anunciou a destinação de mais R\$ 2,5 milhões para a segunda etapa da via, que terá quase quatro quilômetros de extensão até o Siqueiro. Segundo o parlamentar, já foram direcionados mais de R\$ 7 milhões de seu gabinete ao município em parceria com o governo estadual.

Além da entrega da avenida, o governador assinou ordens de serviço para novas obras: a construção de um pórtico na entrada da cidade, uma escola em Taquaruçu, a pavimentação da rua Leandro Thomaz Francisco, no bairro Laranjeiras, e uma praça inclusiva no bairro Santiago.

Jorginho Mello também participou da inauguração da pavimentação da SC-437. “É dinheiro do contribuinte entregue para obras que a população realmente precisa”, afirmou o governador.

As entregas fazem parte do pacote de investimentos voltados ao fortalecimento da infraestrutura urbana e educacional de Pescaria Brava e da região Sul catarinense.



TOPO

GERAL 18/08/2025 11h43

APAE de Gravatal reinaugura sede com estrutura ampliada e acessível

Investimento de R\$ 2,5 milhões viabilizou melhorias; durante a cerimônia, foi anunciada a destinação de R\$ 700 mil para novos veículos



Divulgação Portal Hora Hiper

Na última sexta-feira (15), a APAE de Gravatal celebrou a reinauguração de sua sede, que passou por um amplo processo de reforma e ampliação. A nova estrutura, mais moderna e totalmente acessível, marca um novo capítulo para a instituição, que realiza cerca de 120 atendimentos e conta com uma equipe multidisciplinar composta por aproximadamente 35 colaboradores.

O investimento total foi de cerca de R\$ 2,5 milhões, provenientes de recursos próprios, arrecadados por meio de rifas e eventos beneficentes, além de verbas públicas destinadas por emendas parlamentares. A sede agora conta com um pátio renovado, novas salas e infraestrutura adequada para garantir acessibilidade e conforto aos usuários.

Durante a cerimônia de reinauguração, os alunos da APAE emocionaram o público com apresentações culturais. Na ocasião, o deputado estadual Júlio Garcia, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, anunciou a destinação de cerca de R\$ 700 mil para a aquisição de um ônibus e um veículo, que irão reforçar o transporte das pessoas atendidas pela entidade.

A presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial, Jeane Rauh Probst Leite, destacou o papel da instituição no cenário estadual. "A APAE de Gravatal é referência em Santa Catarina pela qualidade do atendimento prestado. Essa nova estrutura representa um avanço essencial para que possamos continuar oferecendo um serviço de excelência."

O presidente da APAE de Gravatal, Leonardo Fernandes Buss, também ressaltou a importância do momento. "Essa conquista é fruto do comprometimento da nossa equipe e da solidariedade da comunidade. Os novos recursos anunciados irão potencializar ainda mais o nosso trabalho."

Receba as principais informações do portal em nosso grupo de leitores do WhatsApp. Entre [aqui](#).

Fonte: Redação

PORTAL
hora hiper



Tubarão / SC

Avenida Marcolino Martins Cabral, 1788, Edifício Minas Center, Sala 507, 88705-000, Vila Moema

📞 (48) 3626-8001

📞 (48) 98818-2057



Braço do Norte / SC

Rua Raulino Horn, 305, 88750-000, Centro

📞 (48) 3626-8000

📞 (48) 98818-1037

ANIVERSÁRIO
PREMIADO
APP
CLUBE
alfa

UM ANO DE COMPRAS GRÁTIS

65"

Mais de
R\$ 300 MIL
em prêmios!

SAIBA MAIS

Superalfa

alfa

alfa
Agropecuária

MENU

Di REGIONAL

DIÁRIO DO IGUAÇU > POLÍTICA

Ao continuar sua navegação, você concorda com os nossos **Termos de Uso**.

ACEITO

Alesc discute futuro de Incentivo à Cultura após paralisações e atrasos

Audiência pública nesta segunda (18) busca soluções para destravar o programa, que movimenta mais de R\$ 75 milhões por ano

18/08/2025 - 11:17

Notícia atualizada em 18/08/2025 - 11:17



O setor cultural representa 3,11% do PIB catarinense.
Créditos: Ilustrativa/Fundação Catarinense de Cultura

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) promove nesta segunda-feira, 18 de agosto, uma audiência pública para discutir melhorias no Programa de Incentivo à Cultura (PIC).

O debate será conduzido pela Comissão de Educação e Cultura e acontece a partir das 18h30 no Plenarinho da Alesc, com transmissão ao vivo pelo YouTube.

O objetivo da audiência é ouvir artistas, produtores culturais, empresas doadoras, gestores públicos e demais interessados para avaliar os principais entraves do programa e buscar soluções que permitam sua retomada plena e eficiente.

O setor cultural representa 3,11% do PIB catarinense e tem papel importante na geração de emprego e renda. Em pesquisa recente sobre o impacto da Lei Paulo Gustavo (LPG) na cultura, a Fundação Getúlio Vargas constatou que a cada R\$1 investido, voltaram R\$6 para os cofres públicos.

Diante disso, a audiência pública busca unir forças para resgatar o potencial transformador do PIC no estado.

Programa de Incentivo à Cultura e crise

Criado pelas Leis 17.762/2019 e 17.942/2020, o PIC destina mais de R\$75 milhões por ano a projetos culturais catarinenses.

O programa tem potencial para impulsionar setores como turismo, economia criativa, educação e comércio, além de valorizar a cultura local. No entanto, atualmente enfrenta sérios problemas de gestão.

Um dos principais pontos de crítica é a morosidade na análise dos projetos, indicada pela deputada Luciane Carminatti (PT). A legislação prevê um prazo de até 90 dias para avaliação, mas há propostas esperando há mais de três anos.

Isso tem desestimulado empresas patrocinadoras e inviabilizado diversas iniciativas culturais em todas as regiões do estado. O programa também está fechado para novos projetos, contrariando sua própria regulamentação, e enfrenta questionamentos no Ministério Público e no Tribunal de Contas por falta de transparência na divulgação de dados.

O encontro

A presidente da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Maria Teresinha Debatin, o coordenador do PIC, Guilherme Botelho, e a deputada Luciane Carminatti (PT), que preside a comissão e organiza o encontro, devem participar das discussões.

A expectativa é reunir representantes do governo, do setor cultural e da sociedade civil para buscar caminhos que garantam mais agilidade, eficiência e continuidade ao programa.

Tags: [Alesc](#) [programa de incentivo a cultura](#) [audiência pública](#) [Comissão de Educação e Cultura](#) [Luciane Carminatti](#)

Di REGIONAL

Di Diário do Iguaçu

Di EXTREMO OESTE

Di ALTO URUGUAI

Di DIVISA OESTE

Di FOLHA DE CHAPECÓ

Diplay

Di PREMIUM *****

ACOMPANHE O DI NAS REDES SOCIAIS



Desenvolvido por Elo Idelas

ANIVERSÁRIO
PREMIADO
APP
CLUBE
alfa

UN ANO DE COMPRA GRÁTIS

Mais de
R\$300 MIL
em prêmios!

SAIBA MAIS

Superalfa **alfa** **alfa** Agropecuária

Ao continuar sua navegação, você concorda com os nossos **Termos de Uso**.

ACEITO

CFCs protestam com exigências do Detran-SC e temem mudanças na CNH

Empresários reclamam de aumento nos custos operacionais e risco de extinção dos cursos obrigatórios para tirar habilitação

18/08/2025 - 10:48



Representantes dos CFCs foram até a Assembleia Legislativa de Santa Catarina no dia 14 de agosto. Créditos: Daniel Conzi/Agência AL

Empresários de Centros de Formação de Condutores (CFCs) de Santa Catarina estão protestando contra novas regras impostas pelo Detran-SC por meio da Portaria nº 850/2024.

As mudanças aumentam os custos para manter os CFCs em funcionamento, o que tem gerado preocupação entre os donos dessas autoescolas.

Entre as exigências mais criticadas estão a instalação obrigatória de câmeras nas áreas de aulas práticas para motociclistas e a exigência de comprovação de estabilidade financeira das empresas. Além disso, muitos CFCs tiveram seus sistemas bloqueados temporariamente por não conseguirem cumprir essas exigências dentro do prazo determinado.

Possível não obrigatoriedade de cursos nos CFCs

O setor também está apreensivo com declarações do governo federal sobre uma possível mudança na regra que obriga os candidatos à Carteira Nacional de Habilitação (CNH) a passarem por cursos teóricos e práticos nos CFCs antes do exame.

A possibilidade de o curso deixar de ser obrigatório preocupa os empresários, que veem nisso uma ameaça à existência das autoescolas e à segurança no trânsito.

Protestos

Para tentar negociar essas questões, representantes dos CFCs foram até a Assembleia Legislativa de Santa Catarina no dia 14 de agosto, quinta-feira, pedindo apoio dos deputados estaduais.

A presidente da Atraesc (Associação de Trânsito de SC), Yomara Julita Ribeiro, solicitou a revisão da portaria ou, ao menos, a ampliação do prazo para adequação. O deputado Pepê Collaço (PP) se comprometeu a intermediar o diálogo com o governo estadual e o Detran.

Em paralelo, a deputada federal Luciane Carminatti (PT) garantiu aos manifestantes que o governo federal não pretende acabar com a obrigatoriedade dos cursos para tirar a CNH, com base em uma conversa recente com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Nota do Detran

Em nota, o Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina - Detran/SC, declara que acompanha com atenção as discussões em âmbito nacional sobre a proposta de dispensa da obrigatoriedade de frequentar os Centros de Formação de Condutores (CFCs) para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Também afirma que reconhece e valoriza o papel essencial desempenhado pelos Centros de Formação de Condutores ao longo dos anos.

Conclui, garantindo que até que novas normativas sejam oficialmente publicadas e detalhadas, o processo de habilitação em Santa Catarina permanece inalterado, seguindo as exigências atuais que incluem a formação teórica e prática em CFCs credenciados.

Tags: [CFC](#) [detran](#) [exigências](#) [CNH](#) [carteira de motorista](#) [Centros de Formação de Condutores](#) [Carteira Nacional de Habilitação](#) [autoescolas](#)

Inicial > Notícias - Lateral > Quatro audiências públicas marcam a semana de debates na Alesc

Notícias - Lateral

Quatro audiências públicas marcam a semana de debates na Alesc

© 18 de agosto de 2025



Infraestrutura, cultura, atenção às pessoas com câncer e violência de gênero estão na pauta da semana

Seguindo o fluxo de trabalho e de atendimento às necessidades do povo catarinense, a Alesc terá, na próxima semana, quatro audiências públicas que ocorrerão no Palácio Barriga Verde. Através das comissões de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, de Educação e Cultura, de Saúde e de Direitos Humanos e Família, serão debatidos temas como o acesso ao Mirante da Serra da Boa Vista, em Rancho Queimado, o Programa de Incentivo à Cultura (PIC) no Estado, a atenção às pessoas com câncer em Santa Catarina e a violência política de gênero.

Rotatória no Acesso ao Mirante da Serra da Boa Vista, em Rancho Queimado

Na segunda-feira (18), no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, da Alesc, a partir das 14h, ocorrerá a audiência pública com o objetivo de debater a construção de uma rotatória no acesso ao Mirante da Serra da Boa Vista, em Rancho Queimado. O encontro foi motivado pela Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura.

O Mirante da Serra da Boa Vista, situado no bairro Taquaras, em Rancho Queimado, vem registrando intenso fluxo de turistas, especialmente aos finais de semana e feriados, o que resulta em forte movimentação de veículos na rodovia (BR-282), no trecho de acesso. O aumento do tráfego tem provocado riscos concretos de acidentes, demandando medidas de engenharia de tráfego para reduzir conflitos entre veículos e proteger pedestres e motoristas.

Por iniciativa do deputado Junior Cardoso (PRD), também será debatida a colocação de lombadas eletrônicas em Santo Amaro da Imperatriz e a construção de terceira faixa na rodovia que liga Águas Mornas a Alfredo Wagner.

Programa de Incentivo à Cultura (PIC)

Também na segunda-feira (18), no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, da Alesc, será realizada uma audiência pública, iniciativa da Comissão de Educação e Cultura, com início às 18h30. O objetivo é discutir o Programa de Incentivo à Cultura (PIC) no Estado de Santa Catarina.

Criado e regulamentado pelas Leis 17.762/2019 e 17.942/2020, além do Decreto 1.269/2021, o PIC completa quatro anos de vigência em 2025 e já demonstrou grande potencial de impacto nos campos cultural, turístico e da economia criativa no estado.

A audiência pública tem como objetivo reunir agentes culturais, conselheiros, captadores de recursos, produtores, representantes do empresariado e a comunidade em geral para debater soluções e melhorias para o programa.

Proponente do evento, deputada Luciane Carminatti (PT), destaca a importância do funcionamento pleno do PIC para voltar a operar de maneira mais ágil, efetiva e transparente, pois mais de 75 milhões de impostos de empresas são destinados, anualmente, para projetos catarinenses que valorizam a cultura regional.

Atenção às Pessoas com Câncer em Santa Catarina

Ocorrerá na quarta-feira (20), às 9h30, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, na sede da Alesc, por iniciativa da Comissão de Saúde, uma audiência pública para debater e articular políticas públicas voltadas à atenção às pessoas com câncer no Estado.

O objetivo é criar um espaço de escuta e diálogo, reunindo representantes do poder público, profissionais da saúde, entidades da sociedade civil, pacientes e especialistas da área, para discutir desafios, avanços e estratégias de fortalecimento da rede de atendimento oncológico em Santa Catarina.

O pedido para a realização da audiência está inserido no contexto da celebração dos 25 anos de atuação da Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC) e da aproximação do Outubro Rosa, campanha que simboliza a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

Audiência Pública para Debater a Violência Política de Gênero

Também na quarta-feira (20), a partir das 14h, será realizada, no Auditório Antonieta de Barros, uma audiência pública para debater a violência política de gênero. A iniciativa parte da Comissão de Direitos Humanos e Família, e o encontro foi solicitado pela deputada Paulinha (PODEMOS).

A Lei de Violência Política de Gênero (14.192/2021) estabelece mecanismos para prevenir, punir e erradicar práticas que visam excluir mulheres da esfera política. No entanto, a efetividade dessa legislação depende de sua adequada aplicação nos diversos níveis de governo, especialmente nas câmaras municipais e órgãos públicos, garantindo a proteção das mulheres e a punição aos infratores.

O debate buscará discutir estratégias para a implementação da lei, fortalecer mecanismos de denúncia e assegurar que mulheres possam exercer suas funções políticas e administrativas em um ambiente seguro, respeitoso e livre de intimidação.

Fique atento à agenda da semana:

Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura

O que? – Audiência Pública para Debater Acesso ao Mirante, em Rancho Queimado

Quando? – Segunda-feira / 18/08/2025

Horário? – 14h

Onde? – Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, Alesc

Comissão de Educação e Cultura

O que? – Audiência Pública para Discutir “O Programa de Incentivo à Cultura (PIC) no Estado de Santa Catarina”

Quando? – Segunda-feira / 18/08/2025

Horário? – 18h30

Onde? – Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, Alesc

Comissão de Saúde

O que? – Audiência Pública para Debater Atenção às Pessoas com Câncer em Santa Catarina

Quando? – Quarta-feira / 20/08/2025

Horário? – 9h30

Onde? – Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, Alesc

Comissão de Direitos Humanos e Família

O que? – Audiência Pública para Debater a Violência Política de Gênero

Quando? – Quarta-feira / 20/08/2025

Horário? – 14h

Onde? – Auditório Antonieta de Barros, Alesc



GOSTOU DESSE ESPAÇO?

Se você viu, seu cliente também verá!

ANUNCIE AQUI





A falta de oposição ao governo na Alesc; A proposta da Fiesc para os atingidos pelo tarifaço; Intervenção em BC – E outros destaques

Marcelo Lula

Conteúdo Livre

19 de agosto de 2025 08:00

Tags: Assembleia Legislativa de Santa Catarina, audiência pública BR-282 SC, Clasc denúncias SC, Claudinei Marques vereador Florianópolis, desoneração folha pagamento exportadoras, diretoria PL Itapema Alexandre Xepa, Eleições 2026 Santa Catarina, intervenção Casa do Autista Balneário Camboriú, Juliana Pavan PSD Balneário Camboriú, Kennedy Nunes Casa Civil, oposição Governo Jorginho Mello, Pedalada fiscal SC, Plano Brasil Soberano MP 1309/25, Política Catarinense, política SC 2026, Progressistas SC Esperidião Amin, tarifaço exportações Fiesc, União Brasil Federação SC, Universidade Gratuita SC



Acesse o nosso Canal no WhatsApp!

Criamos um canal oficial no WhatsApp – e você já pode fazer parte!

Mais agilidade, mais bastidores, mais DENÚNCIAS direto no seu celular.

Sem grupos, sem conversas, só informação exclusiva, com a credibilidade do SCemPauta.

Acesse e siga agora:

<https://whatsapp.com/channel/0029Vb6oYQTEgGfKvZAlc53t>

E NÃO ESQUEÇA DE ATIVAR O SININHO PARA RECEBER TUDO EM TEMPO REAL!



Faltando um ano e dois meses para a eleição de 2026, um silêncio tem incomodado lideranças políticas de vários partidos: a falta de oposição ao Governo do Estado na Assembleia Legislativa. Se esse silêncio tem incomodado lideranças que vão da esquerda à direita, por que, então, não se cria um movimento de fato? Entre as respostas, está o temor de alguns deputados de dar o primeiro passo e se verem sozinhos, sem que outros parlamentares abracem a causa.

Há meses ouço de deputados que o governo está muito tranquilo, pois tudo que envia para a Assembleia Legislativa é aprovado. “A Casa quer ajudar o Estado, mas deixa a impressão de que precisa de um debate maior. Não podemos atrapalhar, mas uma discussão maior é importante”, relatou um parlamentar de um partido de direita.

Além disso, temas como as graves denúncias envolvendo o Clasc, os problemas no programa Universidade Gratuita, além das pedaladas que já apresentam pareceres favoráveis à confirmação do ato, dependendo apenas da decisão no plenário do TRE, também são vistos como pautas nas quais a Alesc deveria ter um envolvimento maior e, a depender das articulações, teria número suficiente para abrir uma CPI.

O que chama a atenção é que até mesmo deputado da situação reclama do clima de paz e amor. Segundo um parlamentar governista, a falta de um bloco de oposição faz com que a situação não tenha como fazer uma defesa mais forte do governo, o que, na opinião dele, valorizaria mais a bancada junto ao governador Jorginho Mello (PL). “É ruim para todo mundo”, disparou.

Com a entrada do segundo semestre de um ano pré-eleitoral, fica a expectativa de como a Alesc se comportará em relação ao governo. Se, por um lado, oposição gratuita não pega bem, por outro, há sempre uma expectativa de que o parlamento, que é o órgão mais representativo dos poderes, atue com firmeza quando o interesse do cidadão está em jogo – sobretudo quando há supostas irregularidades sendo investigadas.

O que diz o governo



Kennedy atribui a ação do governo junto aos deputados – Imagem: Alesc

Questionado sobre a aprovação de projetos do Governo do Estado na Assembleia Legislativa, o chefe da Casa Civil, Kennedy Nunes, lembrou que, quando foi oposição nos governos de Luiz Henrique da Silveira e de Carlos Moisés da Silva, nunca foi chamado para discutir um projeto. Na opinião de Nunes, se hoje o governo tem mais facilidade para aprovar os projetos, é pelo fato de dialogar com o parlamento, convidando os deputados para discutir as propostas antes do envio oficial à Alesc.



Tarifaço



Gilberto Seleme conduziu a apresentação das propostas – Imagem:Fiesc

A Federação apresentou ao Fórum Parlamentar Catarinense propostas de ajustes econômicos na Medida Provisória 1309/25, que cria o Plano Brasil Soberano. Entre as principais sugestões está a exclusão do § 3º do Artigo 5º-A da MP, a fim de evitar novas obrigações trabalhistas às empresas exportadoras já afetadas pelas tarifas de 50% aplicadas pelos Estados Unidos. A entidade defende a desoneração integral da folha de pagamento das empresas que vendem para o mercado norte-americano, com substituição da contribuição previdenciária patronal por alíquota sobre a receita bruta, reduzida a até zero por ato do Executivo. Também está na proposta a inclusão de médias e grandes empresas na alíquota de 6% do ReIntegra, argumentando que o resíduo tributário das exportações brasileiras chega a 7,6%, segundo a Confederação Nacional da Indústria. Além disso, a federação sugere ampliar compras públicas de produtos nacionais em setores estratégicos como educação, habitação e infraestrutura social.

Preservação de emprego

Além de mudanças tributárias, a Fiesc também apresentou propostas trabalhistas para inclusão na Medida Provisória 1309/25, com foco na preservação de empregos em empresas exportadoras impactadas pelo tarifaço dos EUA. Entre as medidas sugeridas estão a redução proporcional de jornada e salários, suspensão temporária de contratos de trabalho e concessão de férias coletivas ou antecipadas. A Federação ainda defende mecanismos como antecipação de feriados, implementação de banco de horas negativo – permitindo folgas durante a crise, com compensação futura –, diferimento do recolhimento do FGTS e o pagamento de um Benefício de Preservação da Renda custeado pela União. Para a Fiesc, tais ações são necessárias para evitar demissões em massa, especialmente nos setores de móveis e madeira.

Troca de secretária



Patrícia se dedicará ao comando do Conselho da Educação – Imagem: Divulgação

Patrícia Luerdes deixou o cargo de secretária-adjunta de Estado da Educação. Em conversa com o governador Jorginho Mello (PL) e com a secretária Luciane Cereetta, Patrícia argumentou que precisa se dedicar à presidência do Conselho Estadual de Educação. Ela foi eleita com 20 votos, dentre 21 conselheiros. Entre os principais trabalhos está a participação nas discussões do programa Escola Credenciada, direcionado às entidades privadas. Além disso, atuará de forma ativa nas discussões sobre a construção da política do ensino médio. A ex-diretora de ensino da secretária, Kênia Scarduelli, é quem assume como adjunta.

Paz no Progressistas?

Parece que a paz vai reinar no Progressistas em Santa Catarina. É o que ficou claro após uma conversa que teve com um deputado estadual do partido. Segundo ele, as convenções não foram marcadas e nem serão. E, mesmo com a possibilidade da autoconvocação, isso não ocorrerá, porque vai parar nas mãos do secretário-geral, Aldo Rosa, que não dará seguimento. O foco da bancada estadual ficará na federação com o União Brasil, que é a instância que terá força para tomar as decisões. “A federação é quem decide, não o partido. Por isso, não vamos nos dividir mais. As nossas energias estão voltadas para um projeto maior”, afirmou.

Comando

Com a assistência da bancada estadual do Progressistas, o partido segue no comando de Leodegar Tiskoski, que seguirá como presidente estadual, Aldo Rosa como secretário-geral e o senador Esperidião Amin.

Diretoria do PL



Novo comando do PL em Itapema foi formalizado ontem – Imagem: Divulgação

O Partido Liberal de Itapema realizou ontem a posse da nova diretoria municipal. O encontro contou com a presença do prefeito Alexandre Xepa, lideranças locais e vereadores da bancada do partido, Yagan Dadam e João Vitor. A nova executiva será presidida por Rodrigo Santos. Na vice-presidência assume Ana Vedana. À frente dos núcleos, Pati Marín segue na liderança do PL Mulher e Vitor Kroll assume o PL Jovem. Durante o ato, Xepa destacou a importância do fortalecimento do partido em Itapema. “Tenho certeza de que o PL está bem representado. Ano que vem teremos o momento mais importante para o nosso país e precisamos estar unidos. Itapema terá um partido forte e preparado para os desafios que virão”, afirmou.

Audiência pública

Os trechos mais preocupantes da BR-282 em Rancho Queimado e Santo Amaro da Imperatriz foram discutidos em audiência pública na Assembleia Legislativa. Coordenado pelo deputado Junior Cardoso (PRD), o encontro contou com autoridades municipais, federais e representantes da Polícia Militar. O DNIT informou que já estão em andamento projetos para o trecho entre o km 30 e o km 85, incluindo quase 20 quilômetros de terceiras faixas e 17 novos acessos. A previsão é que os estudos sejam concluídos até fevereiro e que as obras sejam licitadas no primeiro semestre de 2026.

Vereador nega



Claudinei nega crítica a Topázio – Imagem: Divulgação

“Apenas para esclarecer a nota veiculada nesta coluna no dia 18/08/2025: os 40% já estavam previstos na redação original da LDO. Inicialmente, 25% eram voltados para a saúde e 15% para a educação. Juntamos, e ficou 40% somente para a saúde – da qual sou totalmente a favor. Quanto ao valor das emendas impositivas, é algo que pode ser construído, porém não dá noite para o dia, mas com o tempo hábil para que o governo possa analisar e ver se há viabilidade. Por fim, este vereador jamais acusou o prefeito Topázio Neto de “não valorizar os vereadores”. Muito pelo contrário: o prefeito sempre tratou todos os vereadores com muito respeito e dignidade” – Claudinei Marques, vereador de Florianópolis.

Intervenção

A prefeita Juliana Pavan (PSD) assinou ontem o decreto que determina intervenção no serviço prestado pela Casa do Autista, em Balneário Camboriú. A medida, com prazo inicial de 180 dias, tem como objetivo assegurar transparência na aplicação dos recursos públicos, corrigir falhas na gestão e garantir a continuidade dos atendimentos às crianças e suas famílias. O interventor nomeado é o secretário de Assistência Social, Mulher e Família, Omar Mohamad Ali Tomalili, que assumirá provisoriamente os bens usados no contrato. Durante o período de transição, a atual entidade executora, USC Saúde, deve manter os atendimentos até que a Prefeitura conclua a contratação emergencial de outra instituição, o que deve ocorrer em até dez dias.

Descumprimento das metas

A decisão da prefeita de Balneário Camboriú, Juliana Pavan (PSD), de intervir na Casa do Autista foi fundamentada em relatórios da Controladoria-Geral do Município, da Subcontroladoria de Auditoria e em auditoria externa conduzida pelo Instituto +8BC (VGA Auditores Independentes). Os levantamentos identificaram descumprimento sistemático de metas contratuais, falhas de fiscalização, liberação irregular de recursos e baixa produção assistencial, além de problemas estruturais e financeiros. Segundo os documentos, o contrato da USC Saúde, no valor global de R\$ 54,8 milhões, já empenhou mais de R\$ 9,1 milhões até maio de 2025, com pouco mais de 200 atendimentos mensais registrados – número considerado insuficiente. Também foram relatados riscos trabalhistas, ausência de sede da entidade no município, contratação de profissionais por pessoas jurídicas criadas após o edital e falhas na prestação de contas. O caso será comunicado ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público para avaliação de eventuais responsabilidades.

Veja mais postagens desse autor



Sob risco de inconstitucionalidade, deputado Marcius Machado (PL) quer ampliar o número de escolas cívico-militares na Serra

Jean Carlo Lima

Conteúdo Livre

19 de agosto de 2025 06:00

Tags: ADI 7809 STF, Colégio São Judas Tadeu Lages, deputado Marcius Machado, escolas cívico-militares inconstitucionalidade, escolas cívico-militares SC, Governador Jorginho Mello, modelo cívico-militar Santa Catarina, PECIM Bolsonaro, STF escolas cívico-militares



Tem novidade no SCemPauta!

Criamos um canal oficial no WhatsApp – e você já pode fazer parte!

Mais agilidade, mais bastidores, mais DENÚNCIAS direto no seu celular.

Sem grupos, sem conversas, só informação exclusiva, com a credibilidade do SCemPauta.

Acesse e siga agora:

<https://whatsapp.com/channel/0029Vb6oYQTEgGfKVzALc53t>

ENÃO ESQUEÇA DE ATIVAR O SININHO PARA RECEBER TUDO EM TEMPO REAL!

O deputado estadual Marcius Machado (PL), em companhia do coordenador da CRE, Armando Duarte, anunciou em suas redes sociais a adesão do Colégio São Judas Tadeu, no bairro Santa Helena, ao modelo cívico-militar. Segundo o parlamentar, a proposta foi apresentada ao governador Jorginho Mello, que teria manifestado total apoio à iniciativa. No entanto, ultimamente, o respaldo do governo estadual ao modelo parece se limitar apenas a estimular a mudança, já que o antigo Colégio Cora Batalha, também de Lages, transformado em cívico-militar por indicação do deputado Lucas Neves, até hoje sequer recebeu os uniformes previstos desde a implantação.



Deputado Marcius Machado e o Coordenador da CRE em frente ao colégio São Judas Tadeu

Colégio cívico-militar na prática

O colégio cívico-militar funciona como uma escola comum, apenas com ordem e rituais cívicos, como o hasteamento da bandeira, uniformes padronizados e regras de comportamento mais rígidas. Por não dispor de um plano pedagógico de educação militar, pode-se afirmar que o modelo é essencialmente uma estratégia de marketing político-institucional do governo, sem impacto efetivo na melhoria dos indicadores de desempenho escolar. Na prática, policiais aposentados são recontratados para conduzir os rituais militares de ordem e disciplina. Para isso, o deputado destacou que conseguiu a adesão de um coronel e mais quatro militares ao projeto.



Governador Jorginho Mello na cerimônia de entrega do ginásio de esportes do colégio cívico-militar Cora Batalha

Quem criou o modelo?

O modelo de escola cívico-militar foi criado em 2019, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que, em parceria com o MEC e o Ministério da Defesa, instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), extinto posteriormente no governo Lula. Entre outras mudanças, o novo governo não permite mais a contratação de ex-membros das Forças Armadas, como ocorria anteriormente. Entretanto, contrariando a decisão do governo federal, alguns estados do Sul e Sudeste mantiveram o modelo e ampliaram o número de escolas.

STF pode julgar inconstitucional

O caso chegou ao STF por meio da ADI 7809, impetrada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que questiona a constitucionalidade do Decreto Estadual nº 426/2023, que institui o programa estadual das escolas cívico-militares em Santa Catarina. A ação foi distribuída ao ministro Dias Toffoli, que decidiu encaminhá-la diretamente ao Plenário do STF. A tendência é que a Suprema Corte julgue o modelo inconstitucional.

O exemplo vem de São Paulo: o Tribunal de Justiça se antecipou ao STF e suspendeu liminarmente a criação de novas escolas cívico-militares no estado. No entanto, o ministro Gilmar Mendes revogou a decisão do TJSP, alegando que o tribunal invadiu sua competência, uma vez que a ADI 7809 aguarda julgamento do STF, que é o foro competente para deliberar sobre matérias constitucionais.



[Veja mais postagens desse autor](#)



Principais projetos em tramitação na Alesc incluem proteção à maternidade, uso medicinal da cannabis e prevenção ao cigarro eletrônico

Redação SCemPauta

Conteúdo Livre

19 de agosto de 2025 06:00

Tags: adultização de crianças SC, Alesc, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, cannabis medicinal SC, diabetes SUS SC, infraestrutura SC, IPVA GNV SC, pescas fantasma SC, prevenção ao cigarro eletrônico SC, projetos de lei SC, proteção à maternidade SC, regulamentação pit bull SC



Tem novidade no SCemPauta!

Criamos um canal oficial no WhatsApp — e você já pode fazer parte!

Mais agilidade, mais bastidores, mais DENÚNCIAS direto no seu celular.

Sem grupos, sem conversas, só informação exclusiva, com a credibilidade do SCemPauta.

Acesse e siga agora:

<https://whatsapp.com/channel/0029Vb6oYQTEgGfKVzALc53t>

E NÃO ESQUEÇA DE ATIVAR O SININHO PARA RECEBER TUDO EM TEMPO REAL!



Imagem: Alesc

Na última semana, 50 novas proposições começaram a tramitar na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Entre os projetos apresentados estão iniciativas relacionadas à proteção da maternidade, uso medicinal da cannabis, prevenção ao uso de cigarros eletrônicos, regulamentação da criação de cães da raça pit bull, além de medidas voltadas à saúde pública, segurança e urbanismo.

Todas as propostas foram encaminhadas para análise nas comissões permanentes da Casa.

Projetos em destaque

- **PL 493/2025** – Deputado Fabiano da Luz (PT) – Concede desconto de 50% no IPVA para veículos movidos a gás natural (GNV) pagos até a data do vencimento.
- **PL 563/2025** – Deputada Paulinha (Podemos) – Destina plantas de *Cannabis sativa* apreendidas em SC para fins científicos e produção de medicamentos, conforme legislação federal.
- **PL 565/2025** – Deputado Sargento Lima (PL) – Define critérios para criação, comercialização e circulação de cães da raça pit bull e derivados.
- **PL 566/2025** – Deputado Sargento Lima – Prevê medidas de prevenção à pesca fantasma e proteção de ecossistemas marinhos e costeiros.
- **PL 550/2025** – Deputada Paulinha – Garante oferta gratuita de dispositivo de monitorização de glicose por escaneamento para pessoas com diabetes no SUS estadual.
- **PL 551/2025** – Deputado Adilson Girardi (MDB) – Determina inspeção e manutenção periódica de pontes, viadutos e passarelas no estado.
- **PL 561/2025** – Deputado Jessé Lopes (PL) – Institui política estadual de prevenção e combate à adultização de crianças e cria a Frente de Enfrentamento Local Contra a Adultização (FELCA).
- **PL 528/2025** – Deputada Paulinha – Estabelece diretrizes para política estadual de atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
- **PL 530/2025** – Deputada Paulinha – Cria a Política Estadual de Apoio à Maternidade Atípica, voltada a mães de crianças com deficiência, doenças raras ou transtornos do neurodesenvolvimento.
- **PL 533/2025** – Deputado Marcos da Rosa (União) – Institui programa de prevenção ao uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes em escolas públicas e privadas.
- **PSA 1/2025** – Deputado Padre Pedro Baldissera (PT) – Sustação de dispositivos do Decreto nº 988/2025, relacionado à regulamentação da Política Estadual de Fornecimento de Medicamentos à base de Cannabis.

As demais proposições tratam de temas como segurança pública, direitos das pessoas com deficiência, atendimento a emergências clínicas durante abordagens policiais, inspeção ambiental e medidas de proteção ao consumidor.

SCemPauta
NO AR
Segunda a Sexta
10h00

O canal de análise e informação da política catarinense

www.scempauta.com.br

SC em Pauta

[Veja mais postagens desse autor](#)

ANIVERSÁRIO
PREMIADO
APP
CLUBE
alfa

Mais de
R\$300 MIL
em prêmios!

SAIBA MAIS

Superalfa **alfa** **alfa**
Agropecuária

Vereadora de Palmitos é eleita presidente do Fórum da Mulher Parlamentar

Loreci Maria Pfeifer passou a integrar a iniciativa da UVESC. Nova direção foi definida durante Seminário Estadual de Vereadores

18/08/2025 - 16:07

Notícia atualizada em 18/08/2025 - 16:13



Loreci Maria Pfeifer assumiu a presidência do Fórum da Mulher Parlamentar, da UVESC.
Créditos: Arquivo pessoal

Durante o Seminário Estadual da União de Vereadores de Santa Catarina (UVESC), realizado na Alesc, em Florianópolis, na última semana, foi eleita a nova diretoria do Fórum da Mulher Parlamentar.

[Fique por dentro das informações da política!](#)

Na ocasião, a vereadora de Palmitos, Loreci Maria Pfeifer (PT), **foi escolhida como a nova presidente do Fórum**, um espaço de discussão criado para orientar, promover e articular as ações das mulheres vereadoras das câmaras municipais em toda a área de abrangência da UVESC.

"Como mulheres, temos preocupações que nos unem. E essas preocupações é que irão nos fortalecer, no sentido de construirmos os avanços necessários, de buscarmos os encaminhamentos adequados para que possamos, além de deixar mais fortalecida cada uma da mulher que hoje já é parlamentar ou servidora de câmara municipal, também envolver as demais mulheres do nosso município", disse a vereadora.

Composição da diretoria do Fórum da Mulher Parlamentar:

- Presidente: Loreci Maria Pfeifer (PT), de Palmitos.
- Vice-presidente: Simone Tonello (PSDB), de Maravilha.
- 1ª Secretária: Vanessa Júlia Kluge (PL), de São Miguel de Boa Vista.
- 2ª Secretária: Dircelene Dittrich Pinto (Republicanos), de Mafra.

Valorização da mulher parlamentar

Outros objetivos do Fórum da Mulher Parlamentar incluem a promoção de reuniões regulares de sua diretoria, o fomento da participação das mulheres na vida política do estado por meio de encontros e palestras, o incentivo ao associativismo em torno da UVESC das mulheres parlamentares e a realização de encontros pelo menos três vezes ao ano.

O Fórum também tem como finalidade receber e encaminhar à diretoria da UVESC pleitos que surgirem em seu seio, manter os documentos e atas pertinentes à vida administrativa do Fórum e desenvolver estudos e debates sobre legislações atinentes à questão de gênero e políticas públicas voltadas para mulheres.

Além disso, o Fórum busca valorizar a vereadora e o poder legislativo municipal em cada município, fomentar ações para que as mulheres assumam espaços de poder e decisão, especialmente nas mesas diretoras e comissões parlamentares, e articular atividades em cada câmara de vereadores ou associações regionais para o Dia da Mulher sob uma visão política.



Diretoria do Fórum da Mulher Parlamentar, vereadoras: Loreci Maria Pfeifer, Simone Tonello, Vanessa Júlia Kluge e Dircelene Dittrich Pinto
Créditos: UVESC

Panorama da representação feminina nas câmaras municipais

Santa Catarina conta com 577 vereadoras em exercício, o que representa aproximadamente 19% do total de vereadores nas mais de 2.800 cadeiras municipais.

Para dar perspectiva histórica, em 2014, de um total de 2.864 vereadores, apenas 385 eram mulheres, cerca de 13,4%, segundo levantamento do 1º Censo Legislativo Municipal Catarinense. Já nas eleições municipais de 2020, as vereadoras eleitas totalizaram 524, representando 16% das cadeiras.

Tags: [VEREADORA Loreci Maria Pfeifer](#) [FÓRUM DA MULHER PARLAMENTAR](#) [Uvesc](#) [diretoria](#) [defesas](#)
[CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITOS](#)

Candidatura de Carluxo por SC depende de um fator nacional

À primeira vista, nada teria a ver — mas, na prática, tudo tem a ver.

18/08/2025 às 11h34

Por: Redação

Compartilhe:



Uma eventual candidatura de Carlos Bolsonaro ao Senado por Santa Catarina estaria atrelada à candidatura de Tarcísio de Freitas à Presidência da República?

À primeira vista, nada teria a ver — mas, na prática, tudo tem a ver.

Se Tarcísio disputar a Presidência, receberá apoio de todos os demais pré-candidatos conservadores: Ronaldo Caiado (União Brasil), Ratinho Júnior (PSD) e Romeu Zema (Novo) — além do respaldo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Por outro lado, se Tarcísio buscar a reeleição em São Paulo, esses três governadores poderiam lançar-se à disputa pelo Planalto. Nesse cenário, Bolsonaro certamente lançaria o primogênito Flávio Bolsonaro ao Senado pelo PL.

Assim, o vereador do Rio, função que exerce há 20 anos, concorreria no próprio estado e não precisaria transferir domicílio eleitoral para Santa Catarina. Esse é o eixo da questão.

Na torcida

Para Jorginho Mello, essa equação, com Carluxo permanecendo no Rio, seria extremamente positiva. Isso porque, caso Carlos Bolsonaro quisesse, com respaldo do pai, disputar em solo catarinense, o governador não teria como se opor.

Espaço

Com duas vagas em disputa para o Senado, a montagem da coligação ficaria mais simples, especialmente se o PSD integrar a aliança, possivelmente indicando o vice — nomes como Julio Garcia ou Topázio Silveira Neto estão no radar.

Fora dessa?

Se esse for o encaminhamento, o MDB ficaria fora da composição majoritária estadual. No entanto, já existem dois nomes consolidados ao Senado: Esperidião Amin (União Progressistas), com tudo para buscar a reeleição; e Carol De Toni (PL), recordista de votos proporcionais em 2022.

Musculatura

- O MDB dispõe de estrutura robusta:
- Uma senadora (Ivete Appel da Silveira);
 - 3 deputados federais;
 - 6 deputados estaduais;
 - 70 prefeitos;
 - Centenas de vereadores;
 - Presença nos 295 municípios de SC.

É o único partido com essa capilaridade.

Memória recente

Foi o MDB que deu legenda para Jorginho Mello se eleger senador em 2018, na chapa liderada por Mauro Mariani. Posteriormente, Mariani foi nomeado por Jorginho como diretor do BRDE. Existe, portanto, uma ligação política prévia entre o governador e o MDB.

Reconhecimento

É possível que o PL fique com apenas uma vaga na majoritária.

Formação

- Uma composição plausível seria:
- Jorginho Mello (PL) na cabeça de chapa;
 - PSD indicando o vice;
 - Esperidião Amin (União Progressistas) para o Senado;
 - MDB indicando a segunda vaga ao Senado (Antídio Lunelli ou Carlos Chiodini).

Editorias

- Agenda AJ
- Blumenau
- Conteúdo de marca
- Direitos Humanos
- Educação
- AJ Entrevista
- Brasil
- Descubra o Vale
- Economia
- Esportes

Ver todas

Blogs e colunas

- Andre Bonomini
- Gustavo Siqueira
- Prisco Paraíso
- Ronan Kietzer
- Emerson Luis
- Maurício Cattani
- Rodrigo Gonçalves
- Seu direito

Ver todos

Links

- Enquetes
- Últimas notícias
- Você repórter
- Fale conosco
- Vídeos
- O AJ Notícias

Ver todos

Geral

Imbituba e Garopaba firmam acordo histórico que define limites territoriais

por Redação SC 18 de agosto de 2025



Após décadas de indefinição, Imbituba e Garopaba formalizaram um acordo que encerra a disputa sobre os limites territoriais entre os dois municípios. A assinatura aconteceu na tarde da última quarta-feira (13), na Prefeitura de Imbituba, com registro em ata e apresentação do mapa oficial que estabelece as novas fronteiras.

A decisão representa o fim de uma questão que gerava incertezas administrativas e problemas para moradores de comunidades como **Gramma, Limpa e Campo D'Una**, que agora passam a ter uma delimitação clara.

Autoridades celebram o marco histórico

O encontro contou com a presença do prefeito de Imbituba, **Michell Nunes**, vereadores das duas cidades e os presidentes das Câmaras Municipais, **Matheus Pereira** (Imbituba) e **Edmundo Alves do Nascimento** (Garopaba).

Edmundo Alves destacou a relevância do acordo:

“Quero externar meus agradecimentos pelo empenho de todos e celebrar essa decisão que há anos era esperada. Hoje concluímos definitivamente a definição dos limites dos nossos municípios”, afirmou.

Já Matheus Pereira ressaltou o impacto regional da decisão:

“Sempre mantivemos diálogo aberto com Garopaba e, hoje, a delimitação na região norte, que tanto era afetada, passa a ter uma definição correta. É um marco histórico e temos que comemorar.”

O prefeito Michell Nunes reforçou o caráter social da medida:

“Este é um momento de maturidade política e de respeito à história e ao sentimento de pertencimento das comunidades. Mais do que traçar linhas em um mapa, estamos reconhecendo identidades e fortalecendo o vínculo de respeito entre nossos municípios”, declarou.

Próximos passos

O acordo é resultado de anos de diálogo e de reuniões entre lideranças locais que priorizaram os interesses da população. O próximo passo será a votação do tema em ambas as **Câmaras Legislativas**, seguido pela **Assembleia Legislativa de Santa Catarina**, onde já tramita projeto de lei do deputado **Tiago Zilli (MDB)** para regulamentar os ajustes de divisas municipais.

A expectativa é que, com a formalização completa, Imbituba e Garopaba consolidem uma nova fase de cooperação administrativa e desenvolvimento conjunto.

TAGS acordo histórico Câmara Municipal garopaba Imbituba limites territoriais Notisul



Continue lendo



Tiroteio na centro-direita – Claudio Prisco Paraíso



Por: **Claudio Prisco Paraíso**

19/08/2025 - 06:08

Neste domingo, Carlos Bolsonaro acionou a metralhadora giratória contra quatro governadores com nomes colocados para uma eventual disputa presidencial: Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), Ratinho Júnior (PSD-PR) e Romeu Zema (Novo-MG).

Zema, que lançou sua pré-candidatura em grande mobilização no sábado, em São Paulo, chegou a admitir que não se trata de um projeto inarredável. O mineiro deixou claro que poderia compor — numa sinalização indireta a Tarcísio — com quem disse manter conversas frequentes.

Curiosamente, Zema também destacou que só entrou no páreo porque Jair Bolsonaro está inelegível, caso contrário, apoiaria o ex-presidente.

Difícil de entender

Mesmo com essa deferência a Bolsonaro, no domingo Carluxo publicou uma postagem — curtida pelo irmão, Eduardo Bolsonaro, nos EUA — em que, sem citar diretamente os governadores, referiu-se a eles como “ratos”.

Baixo nível

Exatamente isso: o 02 chamou quatro governadores de ratos.

Um gesto absolutamente desequilibrado e que só amplia um contexto já desfavorável a Bolsonaro, que além de inelegível e com problemas de saúde, ainda enfrenta prisão domiciliar, cujo julgamento começa no próximo dia 2.

Clima ruim

É evidente que todos estão consternados com a situação vivida pelo ex-presidente. Mas a vida política continua, e os conservadores precisam viabilizar uma candidatura. Sem isso, Lula da Silva tende a continuar avançando.

Aliás, o PT já articula contra Ciro Gomes, que cogita retornar ao PSDB para, nesse vácuo da direita, lançar-se candidato contra Lula — a quem o texto chama de “aquele que voltou à cena do crime”.

Bomba-relógio

Está armada a confusão. O imbróglio ganha maior potencial com a manifestação de Carluxo, sem cabimento algum, completamente fora de contexto. Essa é a grande verdade.

Contaminação

É esse Carlos Bolsonaro que está se transferindo para Santa Catarina. A preocupação não é apenas com o fato de ocupar uma vaga, mas com o risco de tornar ainda mais radical e sectário o ambiente político nacional a partir de sua pré-candidatura pelo estado.

No brete

Naturalmente, isso não interessa ao governador Jorginho Mello, que tem a reeleição bem encaminhada. Mais cedo ou mais tarde, terá que lidar com o risco de ter, na sua chapa ou coligação, alguém que provoca confusão nacional em plena disputa presidencial.

Destempero

Vamos acompanhar o desenrolar dos fatos, mas a manifestação de Carlos Bolsonaro foi absolutamente desarrazoada, sem equilíbrio e sem bom senso.

A família Bolsonaro deixa claro, mais uma vez, como costuma fazer política. Essa é a realidade.



Claudio Prisco Paraíso